

ANEXO II

REDUÇÃO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2007 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2006, DE QUE TRATA O ANEXO VIII DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MP Nº 45, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

REDUÇÃO R\$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA	62.500	62.500

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 278, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e pelos arts. 1º e 3º do Decreto nº 6.252, de 13 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Observados os limites e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e por esta Portaria, ficam autorizados o pagamento de equalização de encargos financeiros, sobre os saldos médios diários de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos próprios, e a concessão de bônus de adimplência sobre os juros, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Os saldos médios de que trata o caput deste artigo não poderão exceder a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), quando destinados pelo BNDES, em operações por ele efetuadas diretamente ou por meio de instituições financeiras por ele credenciadas, no âmbito das operações de apoio a empresas atuantes nos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, e de móveis de madeira.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, serão considerados os empréstimos e financiamentos concedidos com observância das normas, limites e demais parâmetros específicos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º O valor das equalizações de taxas de juros de que trata esta Portaria, em conformidade com a metodologia constante em anexo, ficará limitado:

I - para operações diretas: ao diferencial entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida do spread do BNDES, limitado a 3,5% ao ano, e o encargo do mutuário final; e

II - para operações indiretas: ao diferencial entre a TJLP acrescida da remuneração do BNDES, limitada a 0,5% ao ano, e do spread do agente financeiro, limitado a 3,5% ao ano, e o encargo do mutuário final.

Art. 4º Será concedido bônus de 20% (vinte por cento) sobre os juros aos mutuários que recolherem as parcelas, de principal e de juros, até as datas dos respectivos vencimentos, nos termos da Lei nº 11.529, de 2007, e da Resolução nº 3.504, de 26 de outubro de 2007, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 5º Para efeito de pagamento pelo Tesouro Nacional da equalização e do bônus de que trata esta Portaria, o BNDES deverá apresentar, a cada pedido de equalização, à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e dos bônus devidos e os saldos médios diários das aplicações (SMDAs) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1º de julho a 31 de dezembro e de 1º de janeiro a 30 de junho de cada ano, acompanhados das correspondentes planilhas de cálculo, bem como declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam.

Art. 6º Os valores das equalizações e dos bônus, devidos no último dia do período a que se refere o pagamento, nos termos desta Portaria, serão atualizados até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As equalizações e respectiva atualização, bem como a atualização dos bônus, terão seus valores obtidos conforme a metodologia de cálculo anexa.

Art. 7º Caberá ao BNDES prestar, sempre que solicitado, informações relacionadas à aplicação dos recursos a que se refere esta Portaria à Secretaria do Tesouro Nacional, à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Banco Central do Brasil, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte dos referidos órgãos.

Art. 8º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

METODOLOGIA DE CÁLCULO

a) Cálculo da equalização devida nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, relativa aos Saldos Médios Diários das Aplicações em operações de financiamento e empréstimo destinadas ao apoio à revitalização de empresas industriais dos setores produtivos, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, verificados nos períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro, respectivamente:

b) Cálculo da equalização para Capital de Giro e Exportação (pré-embarque):

$$EQL = SMDA \times [(1 + (TJLP_{MG} \times S) / 100)^{n/DAC} - (1 + R/100)^{n/DAC}]$$

c) Cálculo da equalização para Investimento:

$$EQL = SMDA \times [(1 + (TJLP_{MG} + S) / 100)^{n/DAC} - (1 + R/100)^{n/DAC}]$$

d) Cálculo da média geométrica das TJLPs:

$$TJLP_{MG} = \sqrt[n]{\prod_{\alpha=1}^N (1 + TJLP_{\alpha} / 100)^{n_{\alpha} / DAC}} - 1$$

e) Cálculo da atualização:

$$EQA = EQL \times \left[\prod_{\beta=1}^n (1 + TJLP_{\beta} / 100)^{X_{\beta} / DAC} \right]$$

Legenda:

EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;

SMDA = Saldo Médio Diário das Aplicações no período de equalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo ao ano;

TJLP_{MG} = Média Geométrica das TJLPs do período de equalização;

n = Número de dias corridos do período de equalização;

S = No caso de operações indiretas (financiamentos e empréstimos efetuados por instituições financeiras credenciadas pelo BNDES): soma da remuneração do BNDES, limitada a 0,5% ao ano, com o spread do agente financeiro, limitado a 3,5% ao ano. No caso de operações diretas (financiamentos e empréstimos efetuados diretamente pelo BNDES): remuneração do BNDES, limitada a 3,5% ao ano;

R = Taxa de juros da modalidade de financiamento, sendo 8,5% ao ano para Capital de Giro e 7% ao ano para Investimento e Exportação (pré-embarque);

DAC = Número de dias do ano civil (365 ou 366);

N = Número de TJLPs vigentes no período de equalização;

TJLP_α = TJLPs vigentes no período de equalização;

n_α = Número de dias corridos referentes às TJLPs do período de equalização;

EQA = equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;

TJLP_β = TJLPs vigentes no período de atualização;

X_β = número de dias corridos referentes às TJLPs do período de atualização;

A atualização do bônus de adimplência seguirá a mesma metodologia utilizada para a atualização da equalização.

PORTARIA Nº 279, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e pelos arts. 1º e 3º do Decreto nº 6.252, de 13 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Observados os limites e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e por esta Portaria, ficam autorizados o pagamento de equalização de encargos financeiros, sobre os saldos médios diários de empréstimos e financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, linha de crédito especial FAT - Giro Setorial, e a concessão de bônus de adimplência sobre os juros, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

Parágrafo único. Os saldos médios de que trata o caput deste artigo não poderão exceder a R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), quando destinados pela Caixa Econômica Federal em operações de financiamentos e empréstimos, no âmbito das operações de apoio a empresas atuantes nos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, e de móveis de madeira.

Art. 2º O valor das equalizações de taxas de juros de que trata esta Portaria, em conformidade com a metodologia constante em anexo, ficará limitado ao diferencial entre a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida da remuneração da Caixa Econômica Federal, limitada a 3,5% ao ano, e o encargo do mutuário final.

Art. 3º Será concedido bônus de 20% (vinte por cento) sobre os juros aos mutuários que recolherem as parcelas, de principal e de

juros, até as datas dos respectivos vencimentos, nos termos da Lei nº 11.529, de 2007, e da Resolução nº 3.504, de 26 de outubro de 2007, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º Para efeito de pagamento pelo Tesouro Nacional da equalização e do bônus de que trata esta Portaria, a Caixa Econômica Federal deverá apresentar, a cada pedido de equalização, à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e dos bônus devidos e os saldos médios diários das aplicações (SMDAs) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1º de julho a 31 de dezembro e de 1º de janeiro a 30 de junho de cada ano, acompanhados das correspondentes planilhas de cálculo, bem como declaração quanto à boa e regular aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam.

Art. 5º Os valores das equalizações e dos bônus, devidos no último dia do período a que se refere o pagamento, nos termos desta Portaria, serão atualizados até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo único. As equalizações e respectiva atualização, bem como a atualização dos bônus, terão seus valores obtidos conforme a metodologia de cálculo anexa.

Art. 6º Caberá à Caixa Econômica Federal prestar, sempre que solicitada, informações relacionadas à aplicação dos recursos a que se refere esta Portaria à Secretaria do Tesouro Nacional, à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Banco Central do Brasil, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte dos referidos órgãos.

Art. 7º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

METODOLOGIA DE CÁLCULO

a) Cálculo da equalização devida nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, relativa aos Saldos Médios Diários das Aplicações em operações de financiamento e empréstimo destinadas ao apoio à revitalização de empresas industriais dos setores produtivos, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, linha de crédito especial FAT - Giro Setorial, verificados nos períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro, respectivamente:

b) Cálculo da equalização:

$$EQL = SMDA \times [(1 + (TJLP_{MG} \times S) / 100)^{n/DAC} - (1 + R/100)^{n/DAC}]$$

c) Cálculo da média geométrica das TJLPs:

$$TJLP_{MG} = \sqrt[n]{\prod_{\alpha=1}^N (1 + TJLP_{\alpha} / 100)^{n_{\alpha} / DAC}} - 1$$

d) Cálculo da atualização:

$$EQA = EQL \times \left[\prod_{\beta=1}^n (1 + TJLP_{\beta} / 100)^{X_{\beta} / DAC} \right]$$

Legenda:

•EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;

•SMDA = Saldo Médio Diário das Aplicações no período de equalização;

•TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo no período de equalização;

•TJLP_{MG} = Média Geométrica das TJLPs do período de equalização;

•n = Número de dias corridos do período de equalização;
•S = remuneração da Caixa Econômica Federal, limitada a 3,5% ao ano;

•R = Taxa de juros da modalidade de financiamento, sendo 8,5% ao ano para Capital de Giro;

•DAC = Número de dias do ano civil (365 ou 366);

•N = Número de TJLPs vigentes no período de equalização;

•TJLP_α = TJLPs vigentes no período de equalização;
•n_α = Número de dias corridos referentes às TJLPs do período de equalização;

•EQA = equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;

•TJLP_β = TJLPs vigentes no período de atualização;

•X_β = número de dias corridos referentes às TJLPs do período de atualização;

•A atualização do bônus de adimplência seguirá a mesma metodologia utilizada para a atualização da equalização.